

Mas a displicência posta na tradução, revisão e adaptação dos nomes teve como consequência um livro pejado de anomalias que, em certa medida, pode bem dar uma imagem do caos que os antigos Egípcios tanto procuraram combater.

Luís Manuel de Araújo

REGINE SCHULZ e MATTHIAS SEIDEL (eds.), *Egipto. O Mundo dos Faraós*, Colónia, Könnemann, 2001, 540 pp., ISBN 3-8290-5992-2

Este volumoso, aliciante e bem paginado volume, é a tradução portuguesa de um original alemão publicado em 1997 pela mesma editora de Colónia: *Ägypten. Die Welt der Pharaonen*. Registe-se que a obra, profusamente ilustrada, foi traduzida em seis idiomas, e, felizmente para nós, o português é um deles. A equipa de tradução fez um bom trabalho e os erros que se podem detectar cabem sobretudo à «revisão científica». Ao contrário do que sucedia há alguns anos, várias editoras portuguesas ganharam o sensato hábito de convidar especialistas para fazer uma necessária e prévia revisão científica de obras egíptológicas publicadas em Portugal. Mas nem sempre essa boa intenção resulta, como se verá pelas farras anomalias deste texto que mais abaixo enunciaremos, demonstrando assim que não basta entregar o trabalho de revisão a alguém da área egíptológica para se ter a garantia de um trabalho sério.

Coube a Dorothea Arnold redigir a introdução sobre «A arte egípcia nos nossos dias» (p. 6), citando a propósito o notável egíptólogo Cyril Aldred (condenado no entanto por outros sem o nível do especialista britânico), seguindo-se o prólogo de Regine Schulz e Mathias Seidel (p. 7).

O inicial capítulo sobre a Pré-História proporcionou a Stephan Seidlmayer evocar «O caminho do Egipto para a civilização» (pp. 8-23) com o Período Proto-dinástico e «Da génese do Estado até à II dinastia» (pp. 24-39).

A notável época do Império Antigo, o clássico tempo das pirâmides, abre com Dieter Kessler a tratar sucintamente da «História Política da III à VIII dinastia» (pp. 40-45), Rainer Stadelmann, especialista na temática, encarregou-se do artigo sobre «Túmulos reais da época das pirâmides» (pp. 46-77), Hartwig Altenmüller apresenta «A vida quotidiana na eternidade - Mastabas e túmulos rupestres dos funcionários» (pp. 78-93), terminando o capítulo com a contribuição de Helmut Satzinger e as suas «Imagens vivas - A escultura privada» (pp. 94-103).

Segue-se o Império Médio, com Dieter Kessler a esboçar a «História política da IX à XVII dinastia» (pp. 104-107), continuando Rainer

Stadelmann com «Os túmulos dos monarcas – Entre a tradição e a inovação» (pp. 108-117), Abdel Ghaffar Shedid redigiu «Moradas para a eternidade – Os túmulos dos monarcas e funcionários» (pp. 118-131) e rematando com Regine Schulz «Entre o céu e a terra – Os templos dos deuses no Império Médio» (pp. 132-141).

A brilhante época do Império Novo abre com Dieter Kessler e a sua síntese da «História política da XVIII à XX dinastia» (pp. 142-151), seguindo-se Regine Schulz e Hourig Sourouzian analisando «Os templos – deuses reais e reis divinos» (pp. 152-215), bem completados por Matthias Seidel descrevendo «O Vale dos Reis» (pp. 216-243) e Friederike Kamp-Seyfried com «O Vale das Rainhas» (pp. 244-247), e o «Triunfo sobre a morte – Os túmulos privados de Tebas» (pp. 248-265). O capítulo termina com Matthias Seidel e «Os túmulos perdidos de Mênfis» (pp. 264-269).

Vem depois a Época Baixa, aqui lamentavelmente apresentada como «Período Tardio». Dieter Kessler sintetiza, numa rica e sugestiva comparação, «Tânís e Tebas – História política da XXI à XXX dinastias» (pp. 270-275), seguindo-se Elisabeth Siebert e a «Superação do passado – A arte do Período Tardio» (pp. 276-289).

A Época Greco-Romana (aqui como Período Greco-Romano) proporcionou a Dieter Kessler recordar a «História política dos Ptolemeus e do Império Romano no Egito» (pp. 290-295), continuando Dieter Kurth com «A ordem do mundo em pedra – Os templos tardios» (pp. 296-311) e Joachim Willeitner e os «Túmulos e costumes funerários depois de Alexandre Magno» (pp. 312-321).

O capítulo sobre «Estado e Sociedade» é muito rico e recolhe várias contribuições acerca de matérias que se completam. Começa com Thomas Schneider apresentando «A monarquia sagrada» (pp. 322-329), depois Rita E. Freed, que soube com acuidade redigir sobre «Beleza e perfeição – A arte faraónica» (pp. 330-341), seguindo-se Stefan Wimmer, com «Os hieróglifos – Escrita e literatura» (pp. 342-355), Eva Pardey evoca «A organização da administração real» (pp. 356-363), Manfred Gutgesell analisa «O exército» (pp. 364-369) e também o sempre difícil tema da «Economia e comércio» (pp. 370-375), Christine Straub-Seeber aprecia bem as «Dádivas do Nilo – Economia agrária de um oásis fluvial» (pp. 376-385), Albrecht Endruweit faz-nos visitar «Casas, cidades e palácios – A cultura habitacional» (pp. 386-397), Gabriele Wenzel reconstitui a «Vida quotidiana doméstica – A casa como espaço vital» (pp. 398-409), e finalmente um tema de peso foi abordado por Rosemarie Klemm em «Pedras e pedreiras» (pp. 410-415).

Vêm depois os «Deuses, culto e reino dos mortos», um novo capítulo com os contributos de Ulrich Luft, «Um mundo diferente – As ideias

religiosas» (pp. 416-431), Manfred Gorg apresentando «Deuses e divindades» (pp. 432-443), Günter Burkard, e as «Concepções do cosmos – O edifício do mundo (pp. 444-449), Joachim Willeitner, com as «Festas dos reis e dos deuses» (pp. 450-457), Renate Germer recordando «A mumificação» (pp. 458-469), Wafaa el-Saddik escreve sobre «O enterro» (pp. 470-479), para em seguida Ursula Verhoeven lembrar «O culto dos mortos» (pp. 480-489).

Um último capítulo traça as grandes linhas das investigações no Vale do Nilo, com Regine Schulz a evocar os «Cronistas, viajantes e eruditos – A imagem do Egipto ao longo dos milénios» (pp. 490-497) e Daniel Polz a dar-nos conta d'«As tarefas da arqueologia – Escavações recentes» (pp. 498-507).

Os Apêndices incluem um Glossário elaborado por Martina Ullmann (pp. 512-520), uma sucinta lista dos deuses do Antigo Egipto redigida por Regine Schulz (pp. 522-523), uma lista de lugares históricos seleccionada por Susanne Wohlfarth (pp. 524-525), Edith Bernhauer salienta algumas colecções e museus egípcios (pp. 526-527), Regine Schulz seguiu Jürgen von Beckerath para apresentar os monarcas do Egipto (p. 528), Marcel Schoch elaborou uma sinopse cronológica (pp. 529-531), rematando Martina Ullmann com uma bibliografia seleccionada (p. 532). O encorpado e atraente volume termina com a lista dos autores que participaram na feitura dos artigos (p. 533), o índice alfabético (pp. 534-536), onde vários nomes não correspondem às formas que se lêem no texto, e por fim os créditos das ilustrações (pp. 537-538).

O que se lamenta é que este belo álbum, com contribuições de tão elevado nível, apareça aos leitores portugueses com demasiadas anomalias que não correspondem ao bom trabalho de tradução de uma equipa constituída por Luís Anjos, Sandra Barros, Daniel de Carvalho, Cristina Conceição e Filomena Martins. O texto final foi depois objecto de uma revisão feita por Maria Helena Trindade Lopes, docente universitária que tem escavado no Egipto para tentar encontrar o «palácio de Apriés».

A obra apresenta diversos erros terminológicos, como «Época Tardia» em lugar de Época Baixa, designação que desde há muito foi adoptada na bibliografia em português sobre o antigo Egipto (os exemplos são numerosos), ou Período Gerzeense (p. 15) em vez de Guerezense (de Guerza), mantendo o indispensável *u* para dar uma correcta leitura (como se fez, e bem, em Guebelein, p. 39 e outras). Em praticamente todas as obras de egiptologia se utiliza o termo sarcófago mas aqui optou-se quase sempre por «urna», embora às vezes venha «caixão», termo também ele inusitado. Note-se ainda que o animal representado na figura de Anúbis é o cão selvagem e não o chacal (p. 233). Quanto à conhecida elevação tebana com o nome de «Pico de Gurna»

é aqui chamada «Chifre de Gurna» (p. 217), e a estação de Akhet, ou estação da Inundação (de meados de Julho a meados de Novembro) é insolitamente designada por «estação das inundações» (p. 220).

A tradução da inscrição hieroglífica mencionada na gravura 83 da p. 87 não é «Veja que bastão tão bonito...» mas sim «Vê que bastão tão bonito...». A tradução da parte final do texto que se vê num sarcófago de madeira reproduzido na gravura 51 (p. 129) não está correcta, pois em lugar de «justo» deve ser «justificado» (do egípcio *maé-kheru*), ou então «justo de voz» na sua forma mais completa (e a mesma anomalia verifica-se na p. 240, a propósito de uma inscrição do túmulo de Tutankhamon). Outro erro de tradução detecta-se na legenda da gravura 22 (p. 116) dado que a forma hieroglífica fala em «Dama das Duas Terras» e não em «Dominadora das Duas Terras» (*nebet-Tau*). Na gravura 7 da p. 421 aparece uma cartela onde se pode ler o nome do faraó Senuseret I e não «Sesóstris», nome de origem grega que os Egípcios nunca usaram. Esta forma onomástica poderá ser escrita noutras circunstâncias mas não para descrever um nome gravado dentro de uma cartela, como era aqui o caso.

Uma das designações dos templos funerários reais era «Palácio de Milhões de Anos», que é preferível a «Casa de Milhões de Anos» como vem na p. 191. No entanto, na p. 196 optou-se por «Castelo dos Deuses» para aludir ao templo funerário de Ramsés III em Medinet Habu. Na p. 172 alude-se a um estranho «pátio cachette» em lugar do «pátio do esconderijo» de Karnak, e usar a expressão «recinto da pirâmide» (p. 67) para designar o complexo funerário real dá uma noção errada do espaço funerário. O importante título de sacerdote de Amon não pode ser interpretado como «profeta de Amon» (p. 282), pois tal conduz a abusivas e erróneas leituras deste cargo. Já o título sacerdotal de pai-divino (*it-netjer*) não pode ser apresentado como «pai do deus» como surge na p. 264.

Uma certa ligeireza de interpretação patenteia-se, entre outros exemplos, na débil descrição do toucado real da estátua de Amen-hotep II que se vê na gravura 52 da p. 174, onde se assinala que o rei usa uma peruca «envolvida numa rede», e quando na gravura 46 da p. 172 se diz que Ramsés II exhibe o «cajado real» em vez de usar o ceptro *heka*. Uma deficiente interpretação da iconografia real ressalta ainda da legenda da gravura 10 (p. 150) quando se afirma que o faraó Ramsés III exhibe «um báculo» – trata-se de um estandarte com cabeça de carneiro (o mesmo erro detecta-se na gravura 44 da p. 170, desta vez com Seti II). Erro de tipo diferente foi o da p. 214 quando se informa que o título de Ramsés II numa das estátuas colossais de Abu Simbel é «Amado de Aton» quando o que lá está é o epíteto «Amado de

Atum». A legenda da gravura da p. 517 informa que Nesipakachuti, ali representado em estátua, está a ler – não é verdade, ele olha em frente, o que está de acordo com o processo arcaizante da Época Baixa que voltou a pôr os escribas sentados a olhar de frente, como se fazia no Império Antigo.

Há uma inquietante série de nomes próprios egípcios que nesta obra surgem sem o habitual acento final: veja-se a falta de acentuação em Rachepsés (p. 97), Sekenenré (p. 107), Meketré (pp. 130-131), Neferuré (p. 159), Nikauré (p. 483), Rekhmiré (p. 529), entre muitas outras. O nome do deus Bés aparece em todo o volume sem acento, como Bes. Há por outro lado acentos desnecessários nos nomes de Snéfru (p. 40 e outras) e Pépi (p. 42), Téti (p. 72) e outros casos, quando faltam em Merimdé (p. 9 e outras), em Salamé (na p. 10 vem como Salame), em Mendés (p. 275), etc.

Ainda assim reconheça-se que poucas «gralhas» surgem no volume, sendo por isso de felicitar quem fez a revisão do português: apenas se detecta a anomalia da frase «linhas ondulados» (p. 70), «sicômoro» em lugar de sicómoro (diversas páginas), «pôr-do-Sol» em vez de «pôr-do-sol» (p. 57), quando na p. 217 já aparece «pôr do Sol» sem hífen. Um erro no uso do hífen vê-se também no título de sumo sacerdote, que surge grafado erradamente como «sumo-sacerdote» (p. 240). A correcta opção pela numeração romana nas dinastias que se seguiu em todo o volume (como é tradicional no nosso país) vê-se porém traída pelo aparecimento da «17ª dinastia» na p. 242 e da «3ª dinastia» na p. 530, sendo de estranhar o aparecimento da expressão «Novo Império» na p. 420 quando em todos os outros casos se vê, e muito bem, Império Novo. O erro mais inesperado será o da p. 433, quando em lugar do hieróglifo do céu abobadado vem «abobado».

Não deixa de ser lamentável a falta de critério no uso de caixas altas e baixas, e tanto se lê «Povos do Mar» (p. 151) como «povos do mar» (p. 172). Os conhecidos «Textos das Pirâmides» foram grafados com inicial minúscula na p. 73, vendo-se a mesma anomalia com os «Textos dos Sarcófagos» na p. 129. Quando se alude à célebre Esfinge de Guiza o nome desse monumento deve aparecer em caixa alta mas nem sempre isso aqui sucede. Em compensação surge com escusada caixa alta a «Pedra Benben», um monumento solar do qual não há vestígios. Já o período ramséssida aparece com desnecessárias maiúsculas na p. 75 e várias outras («Período Ramesséssida»), o mesmo sucedendo com o título de «filho real de Kuch» (p. 145) e o de esposa divina de Amon (p. 144).

Também se observa falta de método no recurso ao itálico, não se vendo qualquer justificação para que as palavras *Ramesseum* (templo

funerário de Ramsés II) e *Serapeum* (túmulo dos bois sagrados em Alexandria e Sakara) apareçam em itálico. Ambos são bem conhecidos complexos arquitectónicos e cultuais, devendo por isso vir em tipo redondo, tal como a designação que os antigos Egípcios davam ao Vale das Rainhas, que era Taset-neferu, mas que aqui surge como *Ta-set-neferu* (p. 244). Os nomes dos meses egípcios devem também vir em redondo e com maiúscula, e no entanto aqui aparecem o mês de *khoiak* (p. 297) e o de *mechir* (p. 306).

Por outro lado, a conhecida designação de chauabti atribuída às estatuetas funerárias pode vir em tipo redondo como mastaba, felá, e outras palavras frequentes na terminologia egiptológica. Também a terminologia usual utiliza a designação em itálico de *Papiro Ebers* e não a de «papiro médico de Eber» (p. 405), ou *Papiro Real de Turim* em vez de «Papiro Real de Turim» (p. 47 e outras).

É preferível a expressão vasos de vísceras (assim vê-se logo para que é que servem) à forma antiquária e antiquada de «vasos canópicos» (p. 228). Por outro lado, Imseti não é um «deus canópico» (p. 240) mas sim um dos quatro filhos de Hórus protector do fígado do defunto, e convém saber que uma estátua com uma estela (como é típico ver-se em muitas imagens do Império Novo e Época Baixa) chama-se uma estátua estelófora e não o insólito «esteléforo» que se lê na p. 250.

Há um certo desregramento nos nomes de localidades, vendo-se Bahrija (p. 45) em vez de Bahareia, e na mesma página a região núbica de Jam em lugar de lam. Em vez de Iti-tauí vem na p. 107 *Iti-tawy* (e ainda por cima em itálico), o sítio de El-Lahun (assim na p. 116) já tinha sido Ilahun na p. 113. É insólito que apareça a zona de Boulaq à francesa (p. 243) em vez de Bulak, a conhecida Akhmim é aqui Akhmin (p. 146), em lugar de Assasif, zona de Tebas Ocidental, surge a forma alemã de Asasif (p. 127) e no mapa da p. 105 vem Ehnasija el-Medineh quando devia estar Ehnasseia el-Medina. Recomenda-se a forma de Auaris para uma famosa cidade do Delta em vez de Avaris (cf. *Lexikon der Ägyptologie*, I), o nome de lunit em lugar de lunyt (p. 134) e é mais correcto Pé e não Pe, nome de um sítio sagrado que vem na p. 222. A forma Saís (na p. 12 e muitas outras) é normal surgir antes como Sais, e em vez de Dehir el-Medina devia estar Deir el-Medina (p. 221). Mas não deixa de ser estranho aparecer a zona de Saujet el-Arjan à moda alemã na p. 70 quando já tinha antes surgido na p. 53 como Sauyet el-Aryan – e qualquer delas está mal pois devia ser Zaujet el-Arian. Também Umm el-Kaab (com o *k* gutural) é preferível a Umm el-Gaab (p. 208) e Senai é melhor que Sena (p. 261), deve escrever-se Meroé e não Méroe (p. 293), Siuá e não Siwa (p. 313), Kahun e não Kahum (p. 381).

Mas se formos ver a toponímia fora do Egipto também encontramos anomalias: é o caso de Lagasi em vez de Lagach, Asdod é melhor que Ashdod, a ilha de Santorini passa a Santorin e na mesma página se pode ler dois nomes para o mesmo local: Kadech e Qadesh (p. 150) como palco de uma famosa batalha. Registe-se ainda que em português fica mais coerente a forma Charuhen (como vem bem na p. 143) que a inglesa Sharuhen (que se vê na p. 271), Meguido é melhor que Megido, que desta forma dá uma leitura errada (p. 272), sendo necessário optar de vez entre a Karkemich da p. 151 e a Carquemis da p. 273. Como se vê em muitos textos a famosa batalha de Áccio (31 a. C.) surge assim em português em lugar da forma latina de Actium que se lobra na p. 293. E já que estamos fora do Egipto vejamos outras distrações: os mercenários cários são aqui «cáricos» (p. 274) e o general espartano Aguesilau é aqui Aguesilao (p. 275).

Nota-se a presença de um *h* supérfluo nos nomes de Neith, Seth, Toth, entre outros, vendo-se Monthu na p. 75 quando no índice remissivo se regista Montu. Quanto à palavra egípcia *chepsés* (distinto, nobre) deve levar acento para possibilitar a sua melhor leitura, ao contrário da forma *chepses* que vem na p. 100, sendo melhor apresentar o símbolo protector *chen* assim do que *shen* à inglesa (p. 238).

Nos nomes próprios abundam as anomalias, aparecendo o alto funcionário Ankhhaf na mesma página com dois nomes diferentes: Anckhaf e Ankhaf (p. 103). O mesmo sucede com Djehutihotep e Djehwtyhotep (p. 126), em vez da rainha Tié o leitor pode escolher entre Tiy (p. 146) e Tiye (p. 213), entre Kamósis (p. 143) e Kamose (pp. 109 e 157), entre Ukhotepe (p. 126) e Ukhhotep (p. 128). Conviria saber que o sumo sacerdote de Amon com o nome de Piankh, que ocupou o poder em Tebas durante a XXI dinastia (segunda metade do século XI), não poder ser confundido com Piankhi (p. 243), nome que por vezes é dado ao rei núbio Pié da XXV dinastia.

A rainha Ankhenesmeriré é aqui chamada de Ankhnesmeryre (p. 45), a princesa Uenchet surge como Wenchet (p. 82), o funcionário Meriteti aparece erichado de acentos e separado como «Mé-ri-Téti» (p. 79), enquanto na p. 95 os altos funcionários Kauab e Rauer passam a ser Kawab e Rewer. O príncipe Khaemuaset transforma-se em Khaemwese na p. 150, Amenkha ficou Amunkha na p. 221, o nobre Iuia é Yuja na p. 218 mas já é Yuya na p. 353, a deusa Uadjit é Uto na p. 233, o tesoureiro Maia aparece à alemã como Maja (p. 268), o sacerdote Uahibré chama-se aqui Wahibre (p. 288), o patriarca copta Chenuti passa a ser Escenuto (p. 431).

Continuemos. Deve escrever-se Sarenput, nome de um governador provincial da XII dinastia, e não Saremput (p. 120) e a rainha Ahmés-

-Nefertari não é «Amósis-Nefertari» (p. 173). O rei hicsu Apopi é aqui Apofis (p. 133) e na p. 528 aparecem três nomes reais mal escritos: é Amenmesés e não Amenmés, Necau e não Néchao, Pié e não Piy. Mas já agora, se se optou pela forma Amenmés porque não optar por Tutmés em vez do helenizado Tutmósis que se vê em todo o livro? Afinal a escolha da forma Tutmósis acabou por gerar o aparecimento de um inusitado «Período Tutmósida» (e ainda por cima com maiúsculas; p. 178 e outras). Registe-se ainda que em vez de Netjerirkhet vem Netjerykhet (p. 52), deve ser Sennefer e não Senefer (p. 251 e outras), Mentuemhat e não Montuemhet (p. 282), Setierneheh e não a complicada forma Setiernekhekh (p. 425), Nesitanebetacheru e não Nesittanebtaskheru (p. 448), etc.

Não pode deixar de causar alguma estranheza a opção por alguns nomes próprios decompostos, como se vê em Sat-Hathor-lunit (p. 116) ou em Ir-aa-Khonsu (p. 341), além de outros, e mantê-los unidos (e muito bem) nas formas Khnumhotep, Uendjebauendjed, lahtesnakht, e muitas mais. Por outro lado não se compreende a falta de critério em nomes onde entra a forma *netjer* (deus) que aqui tanto pode aparecer bem em Netjerikhet (p. 52) como mal em Ninetcher (p. 37).

Os nomes reais de Quéops, Quéfren e Miquerinos (embora legítimos na sua forma helenizada) começam a pouco e pouco a ficar ultrapassados, sendo preferível as versões egípcias de Khufu, Khafré e Menkauré (veja-se a mais recente bibliografia egiptológica). O nome de Amenófis também vai sendo cada vez menos utilizado, sendo preferível entre nós optar por Amen-hotep. Mas, já que se quis manter a forma helenizada no nome real, que se usasse ao menos Amen-hotep para o nome do célebre arquitecto homónimo filho de Hapu, ou para o nome de vários sacerdotes de Amon chamados Amen-hotep, o que aqui nesta obra não sucede. Como bem sabem os alunos da licenciatura em História, o nome do deus Ré passa à forma Ra quando está no início de frases onomásticas (veja-se Rahotep, Ramsés, etc.) mas aqui aparece estranhamente o nome Rénefer (p. 72) em vez de Raneferef. E até o nome do egiptólogo italiano Rosellini não escapou aos maus tratos, aparecendo errado por duas vezes: na p. 218 é Rossellini e na p. 496 já é Rosselini.

Outras anomalias que revelam uma displicente revisão: a expedição prussiana de Lepsius decorreu entre 1842-1845 e não em 1812-1845 (p. 219). Dizer que o acesso aos túmulos do Vale dos Reis tinha uma «parede traseira» não é nada esclarecedor acerca da entrada da parede rochosa que depois do sepultamento do monarca tinha de ser bloqueada e disfarçada e não «bloqueada e decorada» (p. 220). A Grande Barragem de Assuão (Saad el-Ali) não se chama «barragem Nasser»

(p. 504), o lago artificial por ela originado é que é o lago Nasser. Afirma-se que «senescal» é a «tradução frequente» de um título egípcio – ora se é frequente devia aparecer com frequência mas no entanto nunca tal se viu em obras de egiptologia (p. 520). Esclareça-se ainda que o célebre «Livro dos Mortos» não se divide em «sentenças» (p. 235) mas sim em capítulos, vendo-se a falta de critério quando na p. 137 já se tinha optado pela «passagem 137» do «Livro dos Mortos» – para já não falar da estranha modalidade da p. 316 quando se refere o «versículo 42»! Há um forçado aportuguesamento no nome da rainha Hetep-herés, que aparece como «Heteferes» (bastaria saber o significado da palavra em egípcio para não cair neste erro).

Verdade seja dita que não há aqui adulterações repelentes como as que se podem ler em traduções de baixo nível que lamentavelmente por aí circulam, mas é de facto triste que uma obra desta qualidade científica e que como álbum de divulgação cumpre uma função pedagógica e até lúdica, se veja maculado por uma tão desastrada «revisão científica».

Luís Manuel de Araújo

Arte Egípcia, Manuais PET, Lisboa, Plátano Editora, 2001, 96 pp., ISBN 972-707-305-0

Este pequeno e bem ilustrado manual é a tradução de um original espanhol, sem nome do autor, das Parramón Ediciones. Também não aparece o nome do revisor, ou do «revisor técnico», como deixa entender a nota da p. 5, «N. do R. T.», avisando que «não sendo explícitos os sons vocálicos na escrita egípcia, originaram variantes de leitura nas línguas actuais; por isso nos nomes próprios apresentados entre parêntesis indicam-se os anteriormente usados ou os que resultam da interpretação actual dos hieróglifos que os compõem». Veremos em breve o que resultou desta iniciativa da «redacção técnica». Quanto à tradução de António Maia da Rocha, ela revela um nível apreciável e sério, que contrasta com algumas deploráveis traduções de textos egípcios que certas editoras põem desleixadamente à disposição dos leitores.

Pretende-se, de acordo com o subtítulo da obra, apresentar a história da arte do Antigo Egipto e o seu legado cultural, começando com uma introdução à arte egípcia (6-7) onde se invoca «a arte como instrumento» no seu «hieratismo friamente calculado» e se traça a concepção do artista que produz em função do que aqui é designado por «Grande Tríade»: a arte, o poder e a religião.